

Participação do curso de Arquivologia nas discussões sobre os arquivos na Paraíba

PARTICIPATION OF THE ARCHIVAL COURSE IN DISCUSSIONS ABOUT THE ARCHIVES IN PARAÍBA

Dr. Josemar Henrique de Melo

josemarhenrique@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8934531652652896>

<https://orcid.org/0000-0002-8586-518X>

Doutor em Documentação pela Universidade do Porto (Portugal) com reconhecimento em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UEPB). Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor assistente do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Submetido: 10 jan. 2022

Publicado: 28 ago. 2022

RESUMO

A criação do Curso de Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) trouxe maior representatividade e outros atores para a cena arquivística do Estado, ampliando as discussões e debates acerca deste tema tão importante para a Região que tinha apenas um único curso na Bahia. Assim, este artigo trata de um relato das participações e contribuições como professor, representando o curso de Arquivologia da UEPB, em diversas instâncias da Paraíba, da cidade de João Pessoa e nacionalmente, tais como: A Comissão Provisória do Arquivo Público, o Conselho de Transparência Municipal e a Conferência Nacional de Arquivos, que resultaram na criação da Lei do Arquivo Público Estadual da Paraíba – APEPB, bem como na proposta para a institucionalização do Arquivo Público Municipal. Essas participações possibilitaram o reconhecimento do Curso de Arquivologia a nível local e nacional, e, ao mesmo tempo, uma troca de informações com outros pesquisadores e arquivistas que ampliou o escopo e firmou cada vez mais a nossa área.

PALAVRAS-CHAVE: curso de Arquivologia; Arquivologia paraibana.

ABSTRACT

The creation of the Archives Course by the State University of Paraíba (UEPB) brought greater representation and other actors to the state's archival scene, expanding discussions and debates about this very important topic for a Region that had only one course in Bahia. Thus, this article deals with an account of the participations and contributions as a professor, representing the UEPB Archives course, in several instances of Paraíba, João Pessoa and nationally, such as: The Provisional Commission of the Public Archive, the Council of Municipal Transparency and the National Archives Conference, which resulted in the creation of the Paraíba State Public Archive Law – APEPB, as well as the proposal for the institutionalization of the Municipal Public Archives. This participation enabled the recognition of the Archives Course at national and local level, and, at the same time, an exchange of information with other researchers and archivists that expanded the scope and increasingly established our area.

KEYWORDS: archives course; Paraíba archives.

A memória (...) procura servir o passado apenas para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertar e não para escravizar os homens (LE GOFF, [20--], p. 59).

As memórias institucionais podem ser vistas a partir dos documentos arquivísticos produzidos por elas e também pelas memórias individuais dos membros dessas mesmas instituições. Neste sentido, este artigo é a escrita das minhas memórias como professor do Curso de Arquivologia, tendo participado, efetivamente, nas discussões que tocam, direta ou indiretamente o tema dos arquivos ou da Arquivologia no Estado da Paraíba.

O Curso de Arquivologia da UEPB, desde a sua criação, foi convidado por diversas entidades para participar de discussões no tocante as questões arquivísticas, tornando-se importante interlocutor e colaborador com outras instituições que já vinham desenvolvendo atividades nesta área dentro do Estado. Desta forma, irei, na construção deste texto, acostar-me na linha cronológica das minhas representações, como professor deste curso em algumas atividades que até hoje tem dado muitos frutos.

Em março de 2011, a Fundação Casa de José Américo (FCJA) organizou o *I Encontro sobre Gestão Documental: por uma política estadual de arquivos públicos*, convidando a Coordenação do Curso para participar, sendo eu o representante. Ao final do encontro várias pessoas das mais variadas instituições e ligadas as questões arquivísticas decidiram criar a Comissão Especial de Estudos para Implantação do Arquivo Público e do Sistema de Arquivos da Paraíba. A partir desta comissão, vários eventos e reuniões ocorreram com intuito de criar o Arquivo Público do Estado. Inclusive tive a honra de participar na elaboração de um documento, intitulado: *Gestão de Documentos: por uma política estadual de arquivos*, sendo encaminhado ao então Secretário de Cultura, informando a situação dos arquivos das instituições públicas estaduais e solicitando providências para a criação do Arquivo Público.

Os participantes desta Comissão resolveram transformá-la no Grupo de Estudo Arquivísticos (GEARQ)¹ para discutir tópicos importantes para a Arquivologia e para os arquivos. Porém, só sete anos mais tarde, exatamente em 19 de fevereiro de 2018 o então governador do Estado cria, pelo Ato Governamental nº 1.338, a *Comissão Provisória do Arquivo Público (CPAP)*, responsável para "(...) elaborar novo marco legal para reger o funcionamento do Arquivo Público do Estado, bem como de toda documentação dos Memoriais e do Arquivo dos Governadores sob responsabilidade da Fundação Casa de José Américo" (PARAÍBA, 2018, p. 7).

Entre diversas reuniões, debates e discussões, esta comissão prepara e entrega as minutas leis para a criação do Arquivo Público, do Sistema de Arquivos e da Política de Arquivos Privados do Estado da Paraíba, bem como do Arquivos dos Governadores. A minuta de criação do Arquivo Público Estadual da Paraíba foi enviada pelo governador Ricardo Coutinho para debate na Assembleia Estadual e foi aprovada em 28 de dezembro, tornando-se a Lei Estadual nº11.263. O Curso de Arquivologia esteve presente não só como a minha representação, mas, contava também com a participação da professora mestra Esmerada Porfírio e da arquivista Hilza Cavalcante.

¹ O GEARQ tem funcionado desde então, não só como grupo de estudos, como também tem organizado e realizado, junto com outras instituições, eventos na Paraíba, como por exemplo a Semana Nacional de Arquivos, o dia do Arquivista entre outros. A partir de 2020, ano de início da pandemia os eventos têm-se realizado na página do GEARQ no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/channel/UCQc4GmxIVon-iT1if7PU5sg>.

Ainda no ano de 2011, o Ministério da Justiça promoveu a I Conferência Nacional de Arquivos, evento realizado em Brasília a partir da necessidade de se discutir a política Nacional e as legislações tocantes aos arquivos no Brasil. Para participar deste evento precisei deslocar-me a Salvador onde ocorreu a etapa regional para escolha dos delegados que teriam voz e voto na conferência Nacional que ocorreu em Brasília nos dias 15 a 17 de dezembro de 2011.

Como um dos delegados a representar a Paraíba fui, com os demais participantes, discutir o texto base que continha seis eixos a saber: Regime Jurídico dos Arquivos no Brasil; A administração pública e a gestão dos arquivos; Políticas Públicas Arquivísticas; Acesso aos Arquivos, Informação e Cidadania; Arquivos Privados e Educação Pesquisa e Recursos Humanos para os Arquivos. Apesar de extremamente rica as discussões e os debates ocorridos os resultados não foram postos em prática pelas instâncias decisoras nacionais. Entretanto, fica registrado a presença do Curso de Arquivologia da Paraíba neste cenário nacional.

Em 2013 o Curso de Arquivologia foi convidado para o debate sobre a Lei Municipal de Transparência e Acesso à Informação que estava em consulta pública. Fui instado a participar nesta reunião que aconteceu no Paço Municipal. No processo de debate levantei a questão da inexistência de um arquivo municipal e a necessidade de sua criação, para que apoiasse as atividades de acesso às informações produzidas pelas instâncias municipais. A partir de então fui convidado a participar como membro efetivo do Conselho Municipal de Transparência e Combate a Corrupção.

O Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate a Corrupção (CMTPPCC) é um órgão colegiado de natureza consultiva, vinculado à Secretaria Municipal de Transparência. É formado por representantes do poder público e da sociedade civil, criado por Lei municipal, tendo como objetivo discutir e sugerir medidas de combate a corrupção e melhorias no processo de transparência e acesso às informações Municipais.

Este Conselho atuou “(...) no debate em torno da política municipal de transparência, convocação de secretários e dirigentes de autarquias para prestarem esclarecimentos, elaboração de recomendações para o prefeito e de propostas legislativas (DANTAS 2017, p. 57)”. Como membro eu fiz a proposta de criação de um Grupo de Trabalho para se elaborar uma minuta de lei para institucionalização da Divisão de Documentação e Arquivo, vinculada a Secretária de Administração como Arquivo Público Municipal de João Pessoa. Este grupo apresentou e foi aprovado pelo Conselho a minuta que esbarrou em questões burocráticas no gabinete do governo municipal.

Junto a Secretaria de Transparência realizamos o Seminário Transparência e Arquivo Público, evento que reuniu “Pesquisadores, professores, estudantes e profissionais da área (...) no sentido de formular propostas para a abertura dos arquivos municipais e uma melhor gestão da informação” (DANTAS, 2017, p. 59). Além deste evento, participei como palestrante no *I Fórum Municipal sobre Software Livre e Governo Eletrônico*.

Minha participação, junto com os demais membros no CMTPPCC, traduziu-se, não só na proposição de uma minuta de lei para criação do arquivo municipal, mas, na melhoria das ferramentas de transparência e acesso à informação. Observou-se a ampliação e reestruturação do portal de transparência, melhorando sua usabilidade, atingindo um maior número de usuários. Estes incrementos apontados pelo Conselho fizeram com que o portal de transparência tivesse uma evolução nas avaliações feitas pelos órgãos que atuam nesta temática (DANTAS, 2017), tais como: Instituto Contas Abertas, Escala Brasil Transparente, Instituto de Estudos Sócio-Econômico de Brasília, etc.

Sobre este tema, encontro-me ainda como membro efetivo deste Conselho, representando a UEPB e o Curso de Arquivologia e estamos discutindo questões como: dados abertos, sistemas informatizados de produção de documentos, proteção de dados pessoais etc.

Com a criação do Arquivo Público Estadual da Paraíba (APEPB), ficou estabelecido, pelo Grupo de Estudo Arquivísticos (GEARQ), uma equipe de apoio às atividades iniciais daquele importante órgão. Fiquei como um dos membros desta equipe, principalmente porque o Estado iniciou estudos para implantação de sistema informatizados de produção de documentos nato-digitais². Neste sentido, participei, junto com as diretoras do APEPB, de uma reunião com o Comitê Gestor do Estado para discutirmos a implantação dos documentos digitais.

As primeiras reuniões foram com os servidores da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA), para definir um processo de gestão documental, juntamente com a implantação do sistema de produção dos documentos nato-digitais. Dentre outras questões ficou claro que a maioria dos participantes não tinha a mínima ideia da necessidade da gestão de documentos, com as atividades de: diagnóstico, criação de comissões permanentes de avaliação de documentos, da elaboração e implantação do plano de classificação e da tabela de temporalidade e da importância da preservação digital a partir dos repositórios arquivísticos confiáveis.

Consegui convencer os especialistas em tecnologia da informação da presença do Arquivo Público nas discussões sobre informatização dos documentos estatais. Para isso foi aprovado um Decreto Estadual (nº 40.546 de 2020) que criou as Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos para os órgãos da Administração direta e indireta. É importante destacar que, mesmo apontando as atividades que deveriam ser realizadas, a implantação do sistema informatizado ocorreu à revelia destes aspectos por mim elencados. O que pode acarretar problemas de preservação e mesmo de recuperação dos documentos nato-digitais produzidos.

Ainda estou auxiliando o APEPB nas suas tarefas, tendo em vista que ainda não foram nomeados os demais cargos desse órgão. As minhas contribuições vão agora no sentido de alertar para a correta produção de documentos nato-digitais e sua preservação, considerando-se o déficit de memória que Estado da Paraíba já possui, referente a seu período colonial e império. Principalmente com a inexistência de arquivistas e da prática arquivística nos órgãos da administração direta e indireta.

Finalizando, quero agradecer a possibilidade de ter participado destas discussões que, no meu entender, engrandecem e trazem à tona necessidades intrínsecas para a gestão documental, tanto do legado analógico como dos recentes produtos digitais: digitalização e documentos nato-digitais. Deixo-me a disposição para continuar participando e contribuindo com a construção de uma Arquivologia paraibana.

² O sistema utilizado pelo estado é o PB-Doc, que foi originalmente produzido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região com o nome de siga-doc.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Eder da Silva. **Transparência e controle social em João Pessoa 2013/2015: um balanço**. João Pessoa: Editora CCTA/UFPB, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, [20--].

PARAÍBA. COMISSÃO PROVISÓRIA DO ARQUIVO PÚBLICO DA PARAÍBA. **Relatório apresentado ao Governador do Estado da Paraíba, o Sr. Ricardo Vieira Coutinho, com os resultados dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Provisória do Arquivo Público (CPAP), criada pelo Ato Governamental nº 1.338/2018**. João Pessoa: [s.n.], 2018.